


fascismos: para além
de hitler e mussolini
carlos martins

*Este livro é dedicado à minha família,
especialmente à minha mãe.*



Agradeço a todos os que me prestaram ajuda quando escrevi a minha dissertação de doutoramento, incluindo António Costa Pinto, Goffredo Adinolfi, Michael Freeden, José Santana Pereira, Michael Freeden, Aristotle Kallis e Leandro Pereira Gonçalves, entre outros.

ÍNDICE



Introdução – Compreender o fascismo	15
O termo «fascismo» e os seus múltiplos usos	15
O estudo «desapaixonado» do fascismo e as suas implicações éticas	18
Uma nova definição de fascismo	20
Os conceitos centrais do fascismo	21
Um conceito marginal: liberdade	26
As negações do fascismo	26
As semelhanças do fascismo com outras ideologias	27
As principais contradições do fascismo	27
Movimentos e partidos fascistas do período entreguerras	31
1 O Fascismo italiano (1919-22): o nascimento de uma nova ideologia	35
A criação dos Fasci Italiani di Combattimento e os seus antecedentes	35
Ano de 1919: o primeiro Fascismo	41
Ano de 1920: o surgimento do Fascismo agrário e os conflitos sociais	50
Ano de 1921: a criação do partido Fascista	55
Ano de 1922: a conquista do poder	60
2 O nazismo alemão (1920-33): um movimento racista em busca de poder	67
A criação do DAP e os seus antecedentes	67
Da chegada de Hitler ao Golpe da Cervejaria	74
Do <i>Mein Kampf</i> ao fim da década de 1920	81
De 1928 à tomada do poder	90

3 A British Union of Fascists (1932-40): o fracasso de um movimento	
fascista num regime democrático	100
Os antecedentes da BUF	100
Oswald Mosley e a criação da BUF	107
O desenvolvimento da BUF e a adoção do antissemitismo	115
Os anos finais da BUF	122
4 O Nacional-Sindicalismo português (1932-34): o conflito entre	
o fascismo e o autoritarismo conservador	127
O caso português de Francisco Rolão Preto: um fascista invulgar?	127
A fundação do Nacional-Sindicalismo e os seus antecedentes	129
Rolão Preto e o desenvolvimento do NS	137
O conflito com Salazar e o fim do NS	148
5 A Falange espanhola (1934-37): um fascismo que o franquismo	
domesticou	156
Os antecedentes do fascismo espanhol	156
As origens do fascismo espanhol	160
A Falange entre 1933 e 1934	166
A Falange em 1935-36 e a ideologia de Primo de Rivera	174
A morte de Primo de Rivera e o fascismo espanhol depois de 1936	180
6 A Guarda de Ferro romena (1927-41): o fascismo como uma	
religião política	187
Os antecedentes da Guarda de Ferro	187
Corneliu Codreanu e a Guarda de Ferro	194
O crescimento da Guarda de Ferro na década de 1930	200
Os últimos anos de vida de Corneliu Codreanu	206
A morte de Codreanu e a Legião depois de 1938	212
7 O RNP (1941-44) e a história do fascismo em França: um movimento	
fascista entre muitos	219
França: país de origem do fascismo?	219
Entre 1918 e 1936: o Faisceau de Georges Valois	
e o Francismo de Marcel Bucard	224
Jacques Doriot e o PPF	230
Marcel Déat: o socialista que se converteu ao fascismo	238
O RNP e a derrota na Segunda Guerra Mundial	244

8 A Ação Integralista Brasileira (1932-37): um fascismo sul-americano	251
Um fascismo fora da Europa? A AIB e os seus antecedentes na história do Brasil	251
Plínio Salgado e a criação da AIB	256
A AIB entre 1933 e 1937	265
Os anos finais da AIB	270
Glossário de organizações fascistas	277
Fascismo: principais definições e teorias ao longo da História	297
1919-45	297
As interpretações do pós-guerra	299
Interpretações a partir da década de 1990	301
Bibliografia	305

INTRODUÇÃO

Compreender o fascismo



O termo «fascismo» e os seus múltiplos usos

FASCISMO! São poucas as palavras tão abundantemente utilizadas e que, ao mesmo tempo, abarcam uma tão ampla quantidade de possíveis significados. Na sua aceção mais comum, o termo evoca uma situação de opressão ou injustiça. Não poucas vezes ele é usado como uma condenação moral suprema, como que para mostrar repugnância perante algo ou alguém que atenta contra os valores progressistas e os direitos humanos conquistados pelas nossas sociedades ao longo das últimas décadas. Caso se aceite esta definição bastante difusa, a palavra «fascista» torna-se um insulto genérico e a sua utilização ficará a dever-se mais às ideias e convicções de quem a pronuncia do que a um entendimento rigoroso daquilo que o fascismo representa.

Outras vezes, o epíteto «fascista» é atribuído indiscriminadamente a qualquer regime ou governo que demonstre uma tendência para o autoritarismo ou para o desrespeito pelas liberdades individuais, independentemente da sua inclinação ideológica. Uma rápida consulta ao dicionário *online* Priberam permite-nos encontrar uma definição de fascismo que parece validar esta última conceção: «Tendência para o excesso de autoritarismo ou para o controlo ditatorial.» Esta definição tem o mérito de circunscrever o conceito a um âmbito estritamente político, mas continua a ser demasiado abrangente, na medida em que, usada desta maneira, a palavra «fascismo» torna-se um mero sinónimo de «ditadura» ou «tendências ditatoriais».

Assim, é possível delimitar ainda mais o conceito e reduzi-lo especificamente aos regimes ditatoriais (ou indivíduos e partidos com ideologias antidemocráticas) que perfilhem ideias conservadoras/reacionárias, isto é, que se inserem naquilo a que geralmente se entende por «direita» (o que exclui regimes como os do antigo bloco soviético, que, com um uso pouco cauteloso da palavra, correm o risco de serem também vistos como exemplos de fascismo). Fascistas seria então toda uma gama de regimes que incluem as ditaduras europeias do período entreguerras, as ditaduras militares da América Latina e alguns dos regimes do continente africano e asiático posteriores à descolonização. Esta última aceção do termo é cientificamente válida e por vezes adotada por historiadores e cientistas sociais. Não obstante, como referiu Stanley Payne, apesar de possível, este conceito de fascismo é ainda demasiado lato e, como mencionou também António Costa Pinto, corre o risco de se tornar «inútil e inoperativo»¹.

Por essa razão, é possível delimitar ainda mais o uso do termo «fascismo» e concebê-lo como um fenómeno político que se reveste de características únicas que, apesar das muitas semelhanças, o distinguem de outras ideologias antidemocráticas habitualmente colocadas no extremo direito do espectro político. Nesta aceção mais restrita, «fascismo» não é sinónimo de ideologia, partido ou regime de extrema-direita, pois refere-se unicamente a um projeto político muito específico e com um conteúdo que lhe é próprio. Consequentemente, assume-se que, sempre que se utiliza a palavra «fascista» para caracterizar um destes projetos políticos, reconhecemos nele um conjunto de idiosincrasias que lhe permite ser inserido num fenómeno mais alargado, cujas diversas variantes partilham características centrais comuns e ao qual chamamos de «fascismo» pela única e simples razão de que foi este o nome pelo qual ficou conhecido o movimento italiano de Benito Mussolini, primeira manifestação totalmente formada deste fenómeno.

Em suma, é possível destrinçar pelo menos quatro usos da palavra «fascista»: 1) um insulto ou condenação moral dirigida a algo ou alguém que atente contra os valores progressistas e os direitos humanos; 2) num contexto estritamente político, a palavra pode ser um sinónimo de «ditadura» ou, pelo menos, «tendências ditatoriais», na medida em que o termo é genericamente usado para referir situações de repressão e autoritarismo por parte de regimes e governos, ou simplesmente partidos e indivíduos que defendam esse tipo de situações; 3) semelhante ao ponto 2) mas circunscrito a ideologias comumente

¹ António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais* (Lisboa: 1992), p. 140.

catalogadas como de direita; 4) um tipo específico de projeto político que, apesar das semelhanças, se distingue de outras ideologias antidemocráticas de direita devido às características únicas que apresenta. Como se tornará evidente, é precisamente este conceito mais restrito que será utilizado neste livro.

Apesar desta decisão, o autor está consciente de que não conseguirá limitar a forma como o termo «fascismo» é utilizado na linguagem quotidiana, bem como no confronto político e no ativismo social (onde a palavra é frequentemente usada como forma de condenação moral). De resto, tal seria não só indesejável como também impossível, pois implicaria um controlo da linguagem alheia que não está ao alcance de ninguém (e que, ironicamente, como referiu Roger Griffin, representaria um exemplo de «fascismo» na sua aceção mais lata).² No entanto, para que possamos compreender as especificidades de um fenómeno que marcou uma época da história recente e que ainda hoje sobrevive, é necessário que se utilize o conceito de forma rigorosa e precisa. Só assim poderemos analisá-lo cientificamente e ter uma ideia clara dos perigos concretos que o fascismo representa (que, em diversos aspetos, se distinguem dos de outros fenómenos antidemocráticos que também ameaçam os direitos humanos). É com base nesta convicção que este livro pretende apresentar uma breve história de alguns partidos e movimentos fascistas ativos entre 1919 e 1945, antecedida, nesta introdução, pela exposição de uma definição de fascismo que tem o intuito de ajudar a esclarecer o leitor sobre aquilo em que consiste este fenómeno.

Antes de avançar, contudo, importa referir que as páginas que se seguem se baseiam na investigação de doutoramento que realizei no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa entre 2014 e 2019, mas tem por alvo um público mais alargado do que os especialistas no tema. Assim, e embora os especialistas estejam convidados a lê-lo e avaliá-lo, é sobretudo ao leitor interessado, mas ainda desconhecedor da literatura académica, que o livro se destina. Esta decisão prende-se com a convicção de que o resultado de uma investigação científica não deve ser apresentado somente a um grupo limitado de peritos, e que, de forma simples mas rigorosa, deve ser também partilhado com o grande público, a fim de que este possa inteirar-se e refletir com conhecimento de causa. No entanto, escrever para o grande público sobre um tema tão delicado pode acarretar riscos e ter implicações éticas que, no meu entendimento, justificam que nos detenhamos um pouco para refletir sobre elas.

² De resto, é possível apontar exemplos de livros que fazem uso de um conceito mais abrangente de fascismo, como é o caso do livro de Jason Stanley, *Como Funciona o Fascismo* (Lisboa: 2019).

O estudo «desapaixonado» do fascismo e as suas implicações éticas

A utilização do termo «fascismo» e a sua delimitação acarretam implicações políticas e sociais a que um investigador não deve ser indiferente, mais ainda num momento em que novos atores políticos com propostas questionáveis procuram legitimar-se ao apresentar-se a si mesmos como distintos do fascismo histórico (fala-se concretamente dos partidos a que na ciência política se convencionou chamar de «direita radical populista»). De igual modo, o discurso apologético dos defensores de regimes fundamentalmente conservadores, como os de Salazar ou Franco, desde sempre incluiu a tentativa de os desassociar ao máximo da Itália de Mussolini e da classificação de «fascista». Em ambos os casos, a confirmação por parte dos especialistas de que nenhum dos partidos ou regimes em questão se encontra incluído no universo do fascismo poderá, à primeira vista, conceder-lhes a legitimidade que os seus apoiantes procuram. Além disso, importa reconhecer que o legado de destruição deixado pela Segunda Guerra Mundial e o custo em vidas humanas, causado por regimes fascistas ou semelhantes, fazem com que este tema não possa ser abordado com ligeireza. Fazê-lo revelaria não só uma grande insensibilidade como teria igualmente implicações na forma como percebemos o passado e as suas consequências no presente. É, pois, necessário esclarecer por que razão sempre optei por aquilo a que chamo um «estudo desapassionado» do fascismo e de que forma essa opção pode ser conciliada com preocupações políticas e sociais.

Em primeiro lugar, refira-se que estudar «desapaixonadamente» o fascismo não implica que não se reconheça os seus perigos ou que não se o condene devidamente. O seu legado de destruição, de resto, é suficiente para mostrar a razão pela qual ele merece a mais completa condenação. Contudo, um estudo «desapaixonado» não se guiará unicamente por este desejo de condenação e menos ainda usará o epíteto «fascista» apenas como uma forma de reprovação moral ou como um insulto contra indivíduos ou organizações que perfilham ideias mais bem descritas como «reacionárias». Na verdade, a discriminação, o racismo e o autoritarismo extrapolam o fascismo e por si só não são suficientes para algo ou alguém ser inserido na categoria sobre a qual o nosso estudo se debruça. Por essa razão, muitos fenómenos políticos e sociais merecedores de condenação não serão aqui vistos como exemplos de fascismo, mas tal não significa que não se

reconheça os perigos que eles representam. De forma simplista, mas eficaz, o que pretendo dizer resume-se na seguinte frase: «Todo o fascismo é condenável, mas nem tudo o que é condenável é fascismo.»

Outra crítica de que um livro desta natureza poderá ser alvo remete para as implicações de se tratar o fascismo como um projeto político por direito próprio (mesmo que merecedor de condenação). Tal poderá dar-lhe uma legitimidade que não merece e contribuir para que os fascistas passem a ser vistos como atores políticos aos quais se deve prestar atenção. Perante essa possível crítica, argumento que reconhecer a existência de um projeto político fascista em nada implica que se o aprove ou se procure voltar a dar-lhe palco, mas antes que conhecer os objetivos de tal projeto político é fundamental para saber quais os perigos que ele concretamente coloca. Assim, ao reconhecer que os fascistas não eram apenas oportunistas em busca de poder pessoal ou desprovidos de ideias (embora muitos certamente o fossem), encontramos-nos preparados para analisar o conteúdo doutrinário e as soluções políticas que eles perfilharam, sem que com isso se os aceite como válidos.

Neste âmbito, ninguém explicou de forma tão eficaz a pertinência de se levar os fascistas a sério como o sociólogo Michael Mann, que afirmou que «o fascismo foi um movimento de ideais ambiciosos, capaz de convencer parte substancial dos jovens de duas gerações», e que os fascistas «não eram pessoas com um caráter peculiar, sádicos ou psicopatas, ou gente com um amontoado de dogmas meio percebidos e palavras de ordem a esvoaçar nas cabeças»³. Se o fascismo apelou a uma tão grande quantidade de pessoas, isso só pode significar que o seu projeto político continha elementos que, num dado momento da história, fizeram sentido para alguém e foram vistos como soluções legítimas por uma parte considerável da população de diversos países. Ainda que líderes como Mussolini pudessem parecer mais inclinados para o oportunismo e o ludíbrio do que a generalidade dos atores políticos, os seus militantes acreditavam em algo e certamente agiam com base nessas crenças. Existiu e existe uma doutrina fascista com elementos que são comuns às suas diversas variantes e que importa conhecer para que estejamos conscientes das implicações que ela acarreta. Esta é a principal razão pela qual se deve levar a sério os valores e as propostas que fazem parte do projeto político do fascismo.

³ Michael Mann, *Fascistas* (Lisboa: 2004), p. 31.

Uma nova definição de fascismo

Nesta secção será apresentada uma nova definição de fascismo, baseada no conteúdo da sua ideologia, que foi previamente formulada pelo autor. Esta definição será importante para que o leitor possa reconhecer, em cada um dos capítulos, variantes do fenómeno mais alargado a que se chama fascismo. Como facilmente admitimos, a nossa tentativa de compreender o fascismo não invalida a pertinência de outras interpretações e abordagens, sobretudo dada a multiplicidade de teorias já desenvolvidas, algumas das quais não se baseiam nos elementos ideológicos mas na composição social dos movimentos (as classes sociais que a eles aderiam), ou nas questões de estilo (a tendência para os rituais e a valorização da simbologia e dos cultos litúrgicos) e organização (o princípio de obediência ao chefe, o recurso a organizações paramilitares e a mobilização popular em grande escala). De igual modo, reconhecemos a pertinência das interpretações que veem o fascismo como um fenómeno com fortes componentes de irracionalismo e que fazia um constante apelo às emoções e aos instintos. Assim, incentivamos o leitor a estudar outras abordagens que certamente contribuirão para consolidar e aprofundar o seu conhecimento sobre o tema (no final deste livro encontra-se um capítulo que resume algumas das principais interpretações do fascismo).

Em todo o caso, o que se pretende aqui é apresentar ao leitor uma listagem dos elementos que sistematicamente surgiam nos textos escritos por fascistas e que, portanto, podem ser vistos como centrais no conteúdo da sua doutrina. Pode assumir-se que todos os indivíduos ou partidos cujo projeto político incluía estes elementos centrais serão, com rigor, classificados como fascistas. Partindo das teorias apresentadas por Michael Freeden, os elementos fundamentais que aqui referiremos serão os conceitos políticos que, segundo este autor, se interligam e criam significados que são específicos de um dado padrão ideológico.⁴ Quer isto dizer que, em cada padrão ideológico (neste caso, no padrão ideológico da ideologia fascista) cada conceito ganha um significado que pode não ser exatamente o mesmo com que o vocábulo é utilizado noutras ideologias ou na aceção mais comum do termo. Por exemplo, se o discurso fascista fazia uso do conceito de revolução, tal não significa que esta seja uma ideologia genuinamente revolucionária, pelo menos não da maneira como o termo «revolução» é comumente entendido. De maneira a compreender o sentido específico de cada conceito central é necessário referir os conceitos secundários que

⁴ Michael Freeden, *Ideologies and Political Theory* (Oxford: 1996), p. 6.

os circundam e delimitam as suas possíveis significações, algo que será feito na apresentação que se segue. Além desses conceitos serão referidas outras características relevantes que uma leitura das fontes fascistas permitiu encontrar.

OS CONCEITOS CENTRAIS DO FASCISMO

Com base numa extensa leitura de fontes primárias fascistas, apresentamos uma definição de fascismo centrada nos seguintes conceitos:

Nação — conceito de tal maneira central a esta ideologia que poucos pensariam em deixá-lo de fora. A Nação é o conceito ao qual os fascistas subordinam todos os seus objetivos, uma vez que o propósito central da sua ideologia é alcançar o engrandecimento e o rejuvenescimento da comunidade nacional. O primeiro conceito secundário que importa referir é o de «organicismo», pois os fascistas olhavam para a Nação como uma entidade orgânica composta por elementos que deveriam trabalhar harmoniosamente em conjunto. Ademais, essa Nação teria um destino a cumprir, uma «missão histórica» que a distinguia de todas as outras nações e lhe daria um propósito único. Em algumas variantes, o conceito de «raça» surge explicitamente associado ao de Nação e por vezes, como no caso alemão, adquire uma importância suficientemente grande para quase o substituir como conceito central (sublinhe-se que, no nosso entendimento, o fascismo é sempre racista, ainda que muitas vezes não o seja de forma explícita, mas apenas implicitamente). Refira-se ainda que, em algumas variantes (nomeadamente na italiana e na alemã), os conceitos secundários de «imperialismo» e «expansionismo» tornam-se especialmente relevantes. Nesses casos, a construção ou o alargamento de um império representa precisamente o principal desígnio histórico a que a Nação deve aspirar. Nos casos de variantes que se desenvolveram em países que já possuíam um extenso império, o objetivo principal era antes valorizar o território já conquistado (como foi o caso da variante britânica). Noutros ainda, quando o expansionismo não era possível e o império era inexistente, os fascistas geralmente limitavam-se a pedir uma mudança radical nas relações da sua Nação com outros países, de maneira

a possibilitar que esta desempenhasse um papel preponderante na arena internacional.

Estado — o conceito de Estado, cuja centralidade é contestada por alguns autores, torna-se para nós relevante, na medida em que todos os fascistas, de uma maneira ou de outra, defendiam um reforço do poder estatal por comparação com o Estado liberal, ainda que o pudessem fazer de formas diferentes (por exemplo, a variante alemã tendia a ver o Estado como um mero instrumento para alcançar um fim, ao passo que as alas dominantes do regime italiano pareciam ver o culto do Estado como um fim em si mesmo). De igual modo, alguns fascistas poderiam reformular o seu discurso para darem a entender que o tipo de Estado que defendiam deixava espaço suficiente para o exercício de algumas liberdades individuais (como tentou fazer o fascista britânico Oswald Mosley), sem que com isso deixassem de clamar por um reforço da repressão estatal. Assim, podemos dizer que um projeto político que não incluía o objetivo de reforçar a autoridade do Estado não pode ser caracterizado como fascista, ainda que se lhe assemelhe em muitos outros aspetos.⁵ De uma maneira muito geral, os fascistas atribuíam ao Estado a função de conduzir e organizar a vida política, social e económica da Nação. Ele seria o instrumento que garantiria a manutenção da ordem entre os diversos elementos que compunham a comunidade nacional. Circundando o conceito de Estado encontram-se, portanto, conceitos secundários como os de «harmonia», «dirigismo» e, novamente, «organicismo», na medida em que caberia ao aparelho estatal estruturar a comunidade nacional.

Síntese — como foi diversas vezes referido pelos próprios fascistas, a sua ideologia assentava numa lógica de síntese e conciliação dos opostos. Assim, o fascismo aparentemente representaria uma Síntese das mais diversas teorias e formas de pensamento, o que explica que os fascistas frequentemente defendessem que a sua ideologia não se enquadrava nem na esquerda nem na direita do espetro político, e que representava antes uma síntese de ambos. Enquanto conceito, a Síntese remete sobretudo para a criação de uma Nação

⁵ O termo «anarcofascismo» poderá ser o que melhor caracteriza alguns desses projetos políticos.

que conciliasse as suas contradições internas, possibilitando a construção de uma comunidade nacional homogénea e sem conflitos intestinos (encontramos aqui novamente o conceito de «organicismo»). Uma vez que os fascistas viam as divisões internas como um dos fatores que explicavam o estado de decadência nacional, não espanta que colocassem tanta ênfase na necessidade de conciliar as partes conflituantes e que, por essa mesma razão, rejeitassem a democracia liberal e a sua divisão da sociedade em partidos políticos. Neste objetivo de alcançar a unidade nacional há dois conceitos secundários particularmente relevantes, que comumente ressurgiam no discurso fascista: a «conciliação do indivíduo com o coletivo» e a «conciliação ou colaboração de classes», implicando este último a mais completa rejeição do marxismo e da luta de classes. O conceito de «corporativismo», central em algumas variantes (nomeadamente na italiana), remete precisamente para este objetivo de alcançar a cooperação entre as classes sociais através de um sistema de representação profissional, ainda que outras variantes avançassem com soluções políticas e económicas alternativas com vista a alcançar o mesmo fim (como foi o caso da variante alemã, que optou por uma forma de dirigismo económico).

Revolução — ainda que, ocasionalmente, alguns fascistas (entre os quais o próprio Mussolini) aceitassem ser caracterizados como reacionários, a tendência geral era verem-se a si mesmos como revolucionários dispostos a construir um novo tipo de sociedade e rejuvenescer uma Nação que aparentemente se encontrava decadente. Ainda que seja bastante dúbio que este conteúdo ideológico fosse genuinamente revolucionário (no entendimento do autor, os seus resultados práticos são, na verdade, bastante reacionários), o certo é que as formulações fascistas, na maior parte das vezes, pautavam-se pelo uso de uma retórica e de uma autolegitimação de cunho revolucionário. Neste âmbito, eram a construção de uma nova era histórica e de uma comunidade nacional radicalmente diferente, capazes de ultrapassar as pretensas falhas do liberalismo e do marxismo, que constituiria o lado revolucionário do fascismo. No discurso fascista, esta Revolução, que Roger Griffin apelidou de «palingénica», é frequentemente apresentada como um renascimento espiritual que vai justamente solucionar os problemas

causados pela decadência nacional através de uma transformação total da sociedade. Na «nova» comunidade fascista, as relações entre os indivíduos, bem como as relações entre estes e os seus líderes, seriam redefinidas através de um processo de constante mobilização popular e de cerimónias e rituais nos quais a participação das massas era requerida. O primeiro conceito que devemos apontar é, pois, o de «palingénese». Além desse, importa referir o conceito de «homem novo», cuja criação seria um dos principais objetivos da Revolução fascista. Este novo tipo de homem seria reinserido na comunidade nacional de que fazia parte e recuperaria a virilidade, a energia e a capacidade de ação que as sociedades liberais aparentemente o haviam feito perder. A juntar-se a estes conceitos há assim o de «vitalismo», que remete para a energia e o espírito combativo e heroico que os fascistas pretendiam incutir em todas as esferas da sociedade. Refira-se que, circundando este conceito central, encontramos ainda o «culto da juventude», uma vez que os fascistas exaltavam esta época da vida como a mais propensa para as ações corajosas e heroicas. Era ao modelar a educação dos jovens que os fascistas esperavam ser bem-sucedidos na criação de um homem que se regesse por princípios marciais.

Autoridade — uma vez que os fascistas perfilhavam os princípios da disciplina e da obediência, e procuravam estendê-los às mais variadas esferas da sociedade, não causará estranheza que este conceito seja introduzido na definição de fascismo que agora apresentamos. Contudo, há dois conceitos essenciais que distinguem o autoritarismo de tipo fascista do de ideologias conservadoras que igualmente valorizavam o princípio da obediência: o conceito de «líder» e o de «elites», que são entendidos de uma forma muito própria no contexto do fascismo. Para os fascistas, o líder era o indivíduo carismático a quem competia mobilizar e comandar a comunidade nacional. Este «líder» ou chefe deveria ser um indivíduo de qualidades excecionais que fosse capaz de incorporar os valores e aspirações da Nação, ao mesmo tempo que exibia as características viris que os fascistas tanto procuravam no seu «homem novo». O seu carisma substituiria as fontes de legitimidade tradicionais por um novo tipo de legitimidade, reafirmada através do contacto entre o «líder» e as massas que o aplaudiam. Ainda que a Autoridade do chefe não devesse ser

discutida, não poucas vezes os fascistas reformulavam o seu discurso de maneira a apresentar a obediência ao «líder», não como uma forma de tirania, mas como uma necessidade que a Nação de bom grado aceitaria, voluntariamente atribuindo ao líder a função de a conduzir e de ocasionalmente escutar os desejos das massas (mesmo que ele não se encontrasse na obrigação de se deixar conduzir por tais desejos). De igual modo, as «elites» fascistas (que seriam os mais destacados membros do partido) representariam os indivíduos que, pela sua presciência, combatividade e feitos heroicos, se destacavam da multidão e conquistavam o direito de a liderar. O elitismo fascista distingue-se, pois, de outras ideologias elitistas, na medida em que tem por objetivo criar uma nova elite heroica que substitua as elites tradicionais. O conceito de «vitalismo» encontra-se, assim, associado ao conceito de Autoridade, algo que não ocorre em ideologias conservadoras autoritárias.

Violência — este conceito não poderia deixar de ser referido, uma vez que esta ideologia é conhecida precisamente por fazer uma desmesurada apologia da Violência. Contudo, na leitura das fontes tal nem sempre é evidente, pois os fascistas frequentemente alegavam não aderir ao culto da Violência e apenas utilizá-la como autodefesa. Assim, é preciso ler os textos com atenção para notar o vocabulário marcial (termos como «batalha», «luta» ou «guerreiros») que atesta a propensão do fascismo para a Violência sem deixar margem para dúvidas. Consequentemente, é possível destringer pelo menos três sentidos que o conceito de Violência poderia adquirir na ideologia fascista: 1) o de um instrumento usado para obter fins concretos, nomeadamente alcançar o poder, mas também o de eliminar inimigos políticos ou, em alguns casos, raciais (encontramos aqui o conceito de «eliminacionismo», que foi, de forma bastante controversa, usado por Daniel Goldhagen⁶); 2) uma força criadora, necessária na regeneração da comunidade devido ao seu potencial para purgar a Nação e criar homens viris (encontramos novamente conceitos como o de «vitalismo», bem como a avaliação positiva da guerra, que era vista como um evento potencialmente criador de uma nova sociedade); e 3) como um princípio central à mundividência fascista,

⁶ Este estudo, que foi criticado por demonizar a Alemanha, encontra-se em Daniel Goldhagen, *Os Carrascos Voluntários de Hitler: O Povo Alemão e o Holocausto* (Lisboa: 1999). Ver também Aristotle Kallis, *Genocide and Fascism* (Londres: 2009).

na medida que esta ideologia concebe o mundo como um lugar de luta constante, no qual o uso da força é necessário e a fraqueza não é admitida (aqui encontramos um conceito particularmente importante, sobretudo na variante alemã: o de «darwinismo social»).

UM CONCEITO MARGINAL: LIBERDADE

Uma leitura das fontes fascistas permite confirmar a ideia comumente aceita de que, nesta ideologia, o conceito de «liberdade» é secundarizado e subordinado ao desígnio do rejuvenescimento nacional. Para os fascistas, portanto, o objetivo de preservar as liberdades individuais não é uma prioridade e, nos casos em que o conceito é utilizado, ele é reformulado de maneira a adquirir um significado radicalmente diferente da forma como é entendido na ideologia liberal. «Liberdade» seria então a condição que é alcançada pelo «homem novo» que se encontra inserido nas unidades orgânicas que fazem parte da sua comunidade nacional e que age dentro dos limites impostos pelos interesses nacionais. Imaginando uma sociedade regida por princípios fascistas, dificilmente conseguiríamos encontrar nela algo que remotamente se assemelhasse ao que entendemos por «liberdade» nas sociedades regidas por princípios liberais.

AS NEGAÇÕES DO FASCISMO

Como refere Stanley Payne, o fascismo opõe-se às três principais ideologias que fazem parte da história política do chamado «mundo ocidental»: o comunismo, o liberalismo e o conservadorismo (ainda que a rejeição desta última pareça ser bem menos radical do que a das outras duas e historicamente não tenha excluído a possibilidade de alianças políticas). A violenta oposição ao comunismo marxista baseava-se na rejeição do conceito de «internacionalismo», ao qual os fascistas contrapunham o de «nacionalismo», e mais ainda na rejeição da «luta de classes», que, como já foi mencionado, pretendiam substituir pelo «colaboracionismo de classes». A oposição ao liberalismo, por sua vez, tinha por base a rejeição do «parlamentarismo» e do sistema de partidos, bem como do «individualismo», conceito que os fascistas rejeitavam, pelo menos na aceção liberal do termo. Por último, a rejeição (menos violenta) do conservadorismo explica-se pela ausência dos conceitos de «revolução» e

«vitalismo» na mundividência conservadora ou, nos casos em que os conservadores efetivamente adotaram uma parte do discurso fascista, pela aceção distinta que eles atribuíam a esses termos.

AS SEMELHANÇAS DO FASCISMO COM OUTRAS IDEOLOGIAS

Como seria de esperar, o fascismo apresenta também semelhanças com outras ideologias. No caso do conservadorismo, ou pelo menos das variantes de conservadorismo antidemocrático da época, apesar de algumas diferenças fundamentais, as semelhanças são bastante grandes, pois as duas ideologias faziam uso de muitos dos mesmos conceitos, entre os quais o de Nacionalismo, por vezes partilhando também uma visão organicista da Nação. No caso do liberalismo, apesar de o conceito fascista de «herói» se distinguir do de «indivíduo» liberal, é possível encontrar algumas semelhanças devido à importância que os fascistas davam ao esforço individual. Assim, é o conceito de «ascensão social» que permite a existência de alguns pontos de contacto entre as duas ideologias, mesmo que a ascensão almejada pelo fascismo fosse de tipo diferente e não remetesse no essencial para o sucesso económico. No caso do socialismo, que é talvez a ideologia que menos semelhanças tem com o fascismo, existem alguns pontos de contacto com variantes não-marxistas, porque algumas facções do fascismo usavam uma retórica «socializante» a propósito das injustiças sofridas pelo «povo», muitas vezes para legitimar o sistema corporativo. O conceito que as uniria seria, assim, o de «justiça social».

AS PRINCIPAIS CONTRADIÇÕES DO FASCISMO

Todas as ideologias políticas, por mais bem estruturadas que sejam, apresentam contradições e tensões que aparentemente colocam em causa a sua coerência interna. O fascismo, que muitas vezes é visto como uma ideologia pouco estruturada, naturalmente, não será uma exceção. Assim, apontaremos agora aquelas que acreditamos serem as três principais contradições do fascismo:

— *A contradição entre os conceitos de indivíduo e coletivo*: se, por um lado, o fascismo coloca a sua ênfase no coletivo nacional, é inegável que, de acordo com esta ideologia, cabe a alguns indivíduos

desempenhar um papel bastante relevante na história e na sociedade. Fala-se dos heróis, dos «homens novos» cujos feitos os destacam da multidão e cujo culto parece dar ao fascismo algumas características das ideologias individualistas que os próprios aparentemente desprezavam. Esta contradição é resolvida graças ao conceito de «personalidade», que, como os próprios fascistas insistentemente repetiam, se distingue do indivíduo das sociedades liberais e remete para um novo tipo de homem que se encontra inserido na comunidade nacional e que, mesmo quando age individualmente, fá-lo tendo sempre em conta os interesses do grupo a que pertence (importa referir que esta valorização da «personalidade» é distinta da do personalismo cristão, associado ao pensador Emmanuel Mounier, ainda que algumas variantes do fascismo de pendor católico, como era o caso da do espanhol Primo de Rivera, pudessem apresentar algumas semelhanças). De forma algo simplista, podemos dizer que o herói fascista é aquele que age individualmente, mas cujos feitos se tornam heroicos apenas na medida em que não foram realizados com fins individualistas ou egoístas, mas em nome do interesse geral da Nação.

— *A contradição entre os conceitos de ordem e revolução/violência:* se os fascistas usam uma retórica revolucionária e frequentemente convocam à violência, os apelos à manutenção da ordem proferidos pelos mesmos rapidamente vêm demonstrar que esta é uma ideologia muito diferente de outras que também fazem uso do conceito de Revolução (nomeadamente ideologias de esquerda). Neste contexto, o conceito de «ordem» encontra-se sempre na vizinhança dos conceitos de Revolução e Violência e restringe as suas implicações. Os fascistas diziam querer uma revolução ordeira, respeitando os princípios pretensamente eternos nos quais assentam as bases da sociedade (algo que, de acordo com os fascistas, os seus inimigos de esquerda não respeitavam, já que o objetivo destes últimos aparentemente seria mergulhar as sociedades no caos). De igual modo, a violência fascista é muitas vezes justificada como necessária para garantir a «ordem» e deter os revolucionários de esquerda. Ainda que pudesse causar uma desordem momentânea, a violência fascista teria o objetivo de assegurar o respeito por uma «ordem» mais importante e suprema (a «ordem» enquanto princípio eterno), que

seria posta em causa se os seus inimigos triunfassem. Não é incomum, nos mais variados textos de fascistas, encontrar formulações que não só demonstram os artifícios a que estes recorriam para justificar as suas ações violentas, como também contribuem para tornar o conteúdo da sua ideologia mais contraditório do que o de outros projetos políticos. Esta é uma contradição nunca totalmente resolvida, uma vez que a tensão entre o desejo de conservar e o de mudar radicalmente a sociedade é uma das que estão no centro do projeto político fascista.

— *A contradição entre o conceito de povo e elite*: a contradição entre «povo» e «elite», ou, se se preferir, «populismo» e «elitismo», é talvez a que mais se destaca no contexto da ideologia fascista. Se, por um lado, o fascismo é extremamente elitista e almeja a criação de novas elites prescientes, por outro lado não é incomum que, ao ler as fontes, encontremos referências a temas e conceitos populistas, já que o «povo» é visto como uma entidade que tem a força necessária para rejuvenescer a Nação e que inclui no seu seio elementos capazes de feitos heroicos. Além disso, a conceção fascista segundo a qual a Nação enfrenta um momento de decadência, liderada por elites igualmente decadentes, leva a que o «povo» seja por vezes representado como uma entidade pura, que é vítima da corrupção e da fraqueza dessas mesmas elites. Da forma mais contraditória possível, o desprezo elitista pelo «povo» (visto como uma entidade incapaz de se orientar sem a liderança de um chefe forte) convive nesta ideologia com uma certa admiração pelas potencialidades desse mesmo «povo». No nosso entendimento, estes elementos populistas não se devem apenas a um ludíbrio consciente por parte de políticos fascistas (embora também o possam ser), mas são sobretudo uma consequência lógica das características da ideologia fascista. Se os fascistas pretendem criar uma Nação homogénea, habitada por uma entidade que é uma (ou seja, por um só povo), e ao mesmo tempo criar novas elites marciais cujas origens sociais são diversas (ou seja, que podem ascender do «povo»), é perfeitamente natural que alguns temas populistas convivam com temas elitistas, ainda que estes últimos tenham uma inegável preponderância. A criação de uma sociedade homogénea que exclua conflitos entre classes sociais leva, pois, a que o «povo» seja positivamente avaliado como a

entidade que representa a mais completa transcendência das divisões sociais. Contudo, e uma vez que as concepções elitistas nunca deixam de se fazer notar, esta contradição tem necessariamente de estar presente, constituindo-se como uma das principais características da mundividência fascista.

*

Depois desta breve exposição, o leitor pode fazer uma ideia mais clara do conteúdo doutrinário da ideologia fascista e, dessa forma, compreender quais os projetos políticos que efetivamente podem ser englobados neste fenómeno. Assim, os indivíduos, partidos políticos ou regimes que perfilhem uma ideologia composta pelos conceitos centrais anteriormente apresentados, e definidos de uma forma que se aparenta à que expusemos, são aqueles que com propriedade devem ser chamados fascistas. De maneira mais resumida, podemos referir que a ideologia fascista se caracteriza por ser um tipo de Nacionalismo que pretende reforçar o poder do Estado, conciliar os opostos dentro da Nação para criar uma nova síntese, concretizar uma Revolução palingenética inspirada pelo vitalismo e que pretende a criação de um homem novo, respeitar a Autoridade das novas elites heroicas, e que também olha para a Violência como uma componente essencial da sociedade. Ainda que a primeira manifestação completamente formada desta ideologia tenha surgido em Itália com o movimento de Benito Mussolini, facilmente se aceitará que projetos políticos com as mesmas características centrais (mesmo se exibindo especificidades relevantes) que tenham visto a luz do dia noutras nações, ou mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, sejam incluídos num fenómeno mais alargado que por conveniência apelidamos de «fascismo».

Não obstante, é preciso ter em conta que a distinção entre o fascismo e os outros projetos políticos antidemocráticos de direita da sua época nem sempre é óbvia e pode dar azo a diversas confusões. Tal acontece não só por todos esses projetos políticos partilharem muitas características centrais (entre as quais se encontra o nacionalismo) como também porque as interações entre os diversos atores políticos levaram a que estes muitas vezes se influenciassem mutuamente e adotassem algumas das ideias dos seus competidores (por exemplo, o corporativismo fascista foi de tal maneira influente que diversos partidos e regimes de direita olharam para ele como uma fonte de inspiração). Assim, importa sublinhar que a característica que distingue o

fascismo desses outros projetos é a sua concepção radical da Revolução que criaria uma nova era, a sua visão vitalista do mundo e o objetivo de criar novas elites inspiradas por valores marciais, cujos feitos heroicos legitimariam o seu direito de liderar. Outras ideologias antidemocráticas de direita, mesmo que ocasionalmente adotassem parte da retórica fascista sobre a Revolução e a criação do «homem novo», não englobavam os elementos que acabámos de referir. Caracterizar as diferentes ideologias autoritárias da época é uma tarefa que ultrapassa os limites deste livro, mas podemos remeter para a influente tipologia de Stanley Payne, que, além do fascismo propriamente dito, identifica também o conservadorismo autoritário (que, apesar de fortemente antidemocrático e ditatorial, defendia um corte menos radical com as instituições tradicionais e, pelo menos em teoria, com alguns princípios liberais, ao mesmo tempo que rejeitava a substituição das elites tradicionais pelos heróis fascistas) e a direita radical (cujas semelhanças com o fascismo são ainda maiores e que apenas se distingue deste na medida em que não pretendia colocar em causa o poder das elites tradicionais ou substituí-las por novas elites com base nos princípios vitalistas).⁷

Movimentos e partidos fascistas do período entreguerras

Foi a 23 de março de 1919 que, na cidade de Milão, Benito Mussolini presidiu à formação dos Fasci di Combattimento, a primeira organização que viria a perfilhar um conjunto de princípios passível de ser classificado como fascista. Nos anos seguintes surgiram em muitos outros países partidos ou movimentos que, devido às semelhanças que partilhavam com os Fasci (quer estas se devessem a uma influência direta vinda de Itália ou ao resultado de processos de configuração ideológica domésticos), podem ser agrupados no fenómeno genérico do «fascismo». Além da variante italiana, houve apenas um outro movimento que conseguiu alcançar o poder e estabelecer um regime de cunho fascista: o de Adolf Hitler na Alemanha. Ainda assim, a influência desta ideologia nos anos entreguerras foi suficientemente grande para que outros projetos antidemocráticos de cunho conservador adotassem algumas características fascistas, dessa forma justificando que se olhe para essa época histórica como uma verdadeira «era do fascismo». Foi com o objetivo de ajudar o leitor a saber um pouco mais sobre esta era que este livro foi escrito.

⁷ Stanley Payne, *A History of Fascism: 1914–1945* (Wisconsin: 1995), p. 15.

Nos capítulos que se seguem pretende-se dar ao leitor uma visão geral da doutrina e da evolução de alguns partidos ou movimentos, inclusivamente abordando variantes de fascismo que, embora já sobejamente estudadas pela historiografia, podem ser ainda pouco conhecidas do grande público. Cada um dos capítulos focar-se-á num país europeu (com exceção do último, que abordará o caso brasileiro) e será narrada cronologicamente a história do seu principal partido fascista. Em cada um dos casos abordados, o leitor reconhecerá uma variante do fenómeno cuja definição foi apresentada na secção anterior e na qual estarão incluídos os seis conceitos considerados centrais. Não obstante, o foco da narrativa não se limitará ao conteúdo ideológico das organizações fascistas, uma vez que relataremos igualmente a sua evolução, prestando especial atenção aos seguintes elementos: a fundação do movimento e outras datas marcantes; as organizações que integravam a sua estrutura; as questões relacionadas com o estilo; as principais personalidades que a ela aderiram; o seu crescimento em determinadas regiões ou junto de alguns setores sociais; os resultados eleitorais; os conflitos com inimigos políticos; as lutas internas, e a formação de alianças com outras forças políticas.

De igual modo, e apesar de não termos a ambição de apresentar uma teoria que explique sistematicamente o fracasso ou o sucesso dos partidos fascistas, descreveremos os diversos desfechos que a sua história poderia conhecer tanto em contextos *democráticos* como nos cenários em que os fascistas se deparavam com um *regime autoritário* (com uma ideologia alternativa à do fascismo), e com o qual poderiam estabelecer tanto alianças como relações de conflito. Para compreendermos melhor o desfecho da história de cada um dos partidos prestaremos atenção às seguintes dicotomias que remetem para as táticas e estratégias adotadas pelas organizações fascistas e que são fruto da natureza ambígua do fascismo e das suas contradições internas:

— *Legalidade/extralegalidade*, remetendo a primeira para a tentativa de alcançar o poder através de métodos democráticos e legais, como eleições, e a segunda para o recurso a métodos extralegais, como tentativas de golpes de estado. Como veremos, um mesmo partido poderia, em diferentes momentos, recorrer aos dois tipos de métodos.

— *Contestação/conluio*, que remete para a ligação dos fascistas com as elites do seu país e as alianças que com elas estabeleciam. Se, em alguns casos, o movimento fascista se pautava pela contestação

«antissistémica» e «populista» e pelo conflito com as elites conservadoras, ao mesmo tempo que procurava obter o apoio de diversos setores da população, noutras casos era uma política de alianças com essas mesmas elites que se verificava. A contestação e o conluio poderiam por vezes ocorrer mais ou menos em simultâneo (noutras casos, em épocas diferentes do mesmo movimento), o que estava em sintonia com a ambiguidade de métodos pela qual os fascistas sempre se pautaram.⁸

Além de tudo isto, a narração incluirá também uma contextualização histórica dos países a que os movimentos pertenciam, bem como referências aos seus antecedentes ideológicos e a projetos políticos antidemocráticos rivais (fascistas ou de outro tipo). Neste livro, ao invés de se adotar a tipologia de Stanley Payne previamente apresentada, os projetos antidemocráticos de direita conservadora que tinham alguma semelhança com o fascismo serão chamados de «conservadorismo fascizante». Esta expressão remete para a natureza híbrida desses projetos e procura deixar claro que, apesar de eles não se enquadrarem no fascismo e pertencerem fundamentalmente à ideologia conservadora, integraram, não obstante, elementos de inspiração fascista que não podem ser ignorados.⁹

Podemos então prosseguir para a narração da história dos seguintes movimentos fascistas: o Fascismo italiano, o nazismo alemão, a BUF britânica, o Nacional-Sindicalismo português, a Falange espanhola, a Guarda de Ferro romena, o RNP francês (ainda que o capítulo sobre França incluía uma referência mais alargada a outros movimentos) e a AIB brasileira. Refira-se ainda que, de maneira a tornar este livro coeso, não será abordada a evolução dos movimentos após a fundação dos regimes a que estes deram início. A história do Fascismo italiano e do nazismo alemão termina, assim, aquando da sua chegada ao poder, em 1922 e 1933, respetivamente, e a narração da evolução destas ditaduras será matéria para outro livro.

⁸ Um livro recente, que analisa a relação entre conservadores e fascistas, é: Marco Bresciani, ed., *Conservative and Right Radicals in Interwar Europe* (Londres: 2020).

⁹ É possível encontrar expressões semelhantes a esta em autores como Luís Reis Torgal, ed., *Estados Novos, Estado Novo* (Coimbra: 2009), Vol. I, p. 317.